

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Beatriz Leite Maciel dos Santos

A CONCEPÇÃO MODERNO-COLONIAL DE NATUREZA NA SOCIEDADE
GLOBALIZADA

Um estudo comparativo das obras de Arturo Escobar e Carlos Walter Porto-
Gonçalves

Trabalho de Graduação
Individual orientado pela Professora
Doutora Marta Inez Medeiros
Marques apresentado no
Departamento de Geografia da
Universidade de São Paulo

São Paulo – SP

Novembro de 2018

Dedicatória

Dedico este humilde trabalho a todas as pessoas que disponibilizaram seu tempo para compartilhar comigo um pouco dos profundos saberes sobre o cuidado com a terra, com a água, com as plantas e com o alimento, me mostrando a importância da integração e respeito para com a natureza.

Sumário

Resumo	4
Abstract	5
Introdução.....	6
Capítulo 1 - Analisando a obra de Arturo Escobar “Territórios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes”	12
Capítulo 2 – Analisando a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves “A globalização da natureza e a natureza da globalização”	24
Considerações Finais.....	38
Bibliografia.....	42

Resumo

O consumismo e o individualismo, muito difundidos pelos meios de comunicação na realidade capitalista, sustentam um grande sistema de produção e circulação em massa de mercadorias, de exploração da natureza e de seres humanos por todo o mundo, apesar da imensa quantidade de pessoas que ainda vivem sob precárias condições de vida, muitas vezes passando fome. Tendo sua origem no século XV, a partir da conquista do continente americano pelos europeus, o capitalismo se mostrou desde o início assentado em pressupostos assimétricos de poder e tendo a ciência como respaldo teórico, uma vez que defendia a dominação da natureza pelo homem como a chave do progresso humano, dando início ao pensamento moderno. Diante da crise ambiental que se apresenta na sociedade contemporânea por meio da escassez de recursos naturais, destruição da biodiversidade, poluição de ecossistemas etc., torna-se mais que necessário o questionamento acerca da relação sociedade-natureza que impera em nossas vidas. Tal concepção estaria permeando a crise ambiental, a desigualdade social e as mazelas vividas por milhões de pessoas pelo mundo devido à sua racionalidade colonial. No entanto, certas comunidades tradicionais ainda conseguem viver a partir de outras concepções e outras relações com a natureza e seus elementos. Assim, é com base na comparação da obra do antropólogo Arturo Escobar “Territórios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes” e do livro do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves “A globalização da natureza e a natureza da globalização” que o presente estudo se deteve para refletir sobre a relevância da relação sociedade-natureza no momento de crise ambiental, social e econômica que caracteriza a sociedade contemporânea.

Palavras chave: natureza; racionalidade; território; Arturo Escobar; Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Abstract

The consumerism and the individualism are so disseminated by the media in the context of the capitalism and support a great mass production and currency system of merchandise, exploring nature and human beings around the world, although the great amount of people that still live in precarious ways of life and starve. Starting in the XV century in the conquest of the american continent by the europeans, the capitalism has been based in asymetrics ideals and the science as a theoric support because of the defense of the nature domination by the man as a key for the human progress, creating the modern ideal. In face of the environmental crisis that shows up in the contemporaneous society through the scarcity of the natural resources, biodiversity destruction, ecosystem pollution, etc., it becomes necessary to question about the relation between society and nature in our lives. This conception bias the environmental crisis, the social inequality, poverty of millions of people around the world due to colonial rationality. Although, some traditional communities are still able to live from other conceptions and another kind of interactions with the nature and its elements. Then, we based this study in the comparasion of Arturo Escobar's book "Territorios de diferencia: lugar, vida, movimientos, redes" and the Carlos Walter Porto-Gonçalves' book "A globalização da natureza e a natureza da globalização", making reflections about the relevance of the relation society-nature at the moment of the environmental, social and economical crisis that features the contemporaneous society.

Key-words: Nature, rationality, territory, Arturo Escobar, Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Todos os dias nos deparamos com milhares de propagandas anunciando celulares, roupas, carros, comidas, livros, produtos de beleza, eletrodomésticos e eletrônicos, casas, enfim, uma infinidade de produtos que nos fazem crer na necessidade e utilidade deles em nossas vidas. Cultiva-se, assim, um comportamento consumista que sustenta todo um sistema econômico de produção e comercialização de mercadorias, estas produzidas a partir da exploração da força de trabalho e utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis. Porto-Gonçalves (2017) define o atual momento como sendo um “capitalismo fossilista”, referindo-se à importância de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural, carvão mineral) na geração de energia e na composição de milhares de materiais utilizados amplamente no nosso cotidiano – desde gasolina e gás de cozinha ao sabão em pó e agrotóxicos presentes na maioria dos alimentos que comemos.

A expansão desse modelo de sociedade - que tem sua origem nos tempos das grandes navegações - e sua consolidação, sobretudo a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, vem esgotando as reservas de recursos não renováveis e interferindo predatoriamente nos ciclos dos recursos renováveis. Além disso, é cada vez maior o conhecimento público acerca dos impactos das práticas destrutivas envolvidas com: a extração de recursos minerais; o aumento da extensão da malha urbana; a liberação de esgotos domésticos e industriais em áreas de mananciais; a poluição radioativa do ar e de corpos d'água; uso intensivo dos solos pela produção de monocultivos, com o uso abundante de veneno; crises hídricas em algumas metrópoles como São Paulo; enorme produção de lixo mal manejado; poluição do ar pelo escapamento de automóveis e chaminés de fábricas etc – algumas delas influenciando no aumento da temperatura média e na alteração climática do planeta. Todo esse cenário caótico, cada vez mais, vem fazendo parte de nossas vidas, seja por meio da apropriação midiática, pesquisas acadêmicas ou mesmo quando vivenciamos algum desequilíbrio ambiental, este podendo ser desde uma grande enchente urbana até a ruptura de barragem de mineradoras.

É, sobretudo, nesse momento de crise ambiental e econômica que somos levadas a questionar e repensar o modelo de sociedade vigente e a razão que está por trás de todos esses fenômenos ambientais, que impactam diretamente nossas vidas, afinal, não estamos tão distantes do mundo natural quanto costumamos pensar.

A concepção moderna de natureza é central na compreensão da racionalidade que impera em nossa sociedade e que legitima o entendimento desta enquanto objeto de dominação e uso pelo ser humano em diversos âmbitos de sua vida. A ideia que dela temos hoje tem bases no pensamento elaborado pelos filósofos iluministas durante o período do Renascimento na Europa do século XVI. Buscava-se sistematizar um método que levasse ao verdadeiro conhecimento das coisas e para isso separou-se o natural (fenômenos) do não natural (ser humano), objeto (o passivo) do sujeito (o ativo) (GONÇALVES, 1996). A partir da ideia de lei, chega-se ao entendimento mecanicista de uma suposta estabilidade e regularidade dos fenômenos, como se o mundo fosse uma máquina que funciona independente e eternamente da mesma forma. É uma racionalidade que visa o controle e dominação deste sistema funcional para depois transformá-lo por meio da tecnologia (SOUSA SANTOS, 2005).

Gonçalves (1996) salienta que o conceito de natureza é fruto das relações sociais instituídas em determinada sociedade e conclui que, assim como o capitalismo se estabeleceu de forma hegemônica, subjugando outros povos e outras visões de mundo, a concepção atual de natureza também se impõe em detrimento de outras possibilidades de vivenciá-la e compreendê-la. Assim, existem outras maneiras de entender e sentir o mundo, de contar sua história, de explicar os fenômenos que fazem parte da vida. Outras racionalidades, presentes nas vidas de muitas comunidades tradicionais pelo mundo todo, como os povos indígenas, quilombolas, comunidades caiçaras etc.

Buscando verificar a relevância do conceito de natureza para Carlos Walter e Arturo Escobar, pesquisadores atuais, latino-americanos, descoloniais e de distintas áreas do conhecimento, o presente estudo se deterá em comparar suas visões do conceito, nas respectivas obras *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2017) e *Territórios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes* (2010).

O fato de ambos realizarem estudos descoloniais (ou pós-coloniais) foi decisivo na escolha dos autores a quem me dedicaria para realizar o presente trabalho. Segundo Costa (2006) esta abordagem surge no fim da década de 1970 e é voltada para a desconstrução de essencialismos, sobretudo aqueles que legitimam qualquer tipo de opressão, sejam elas de gênero, étnica ou racial. Refere-se principalmente aos discursos e ideologias hegemônicas ocidentais, que sustentam

as relações de poder sobre os povos dominados pelas potências capitalistas. Tais estudos se dedicam a revelar ideias enraizadas em nossos pensamentos e visões de mundo que reproduzam essa lógica desigual e opressora, muito presentes nas fundamentações da teoria da modernização (COSTA, 2006). Têm, dentre as principais referências, as contribuições de Foucault, os estudos pós-estruturalistas e a teoria pós-moderna. Sousa Santos (2005), intelectual que vem se dedicando à reflexão acerca de outro paradigma para as ciências pós-modernas, nos mostra que este será marcado, entre outras características, pela pluralidade de métodos; pela compreensão totalizante e holística dos fenômenos, mas também pela importância da localidade e demandas específicas de cada contexto de produção científica; pelo “auto-referenciamento” assumido por parte do(a) pesquisador(a) e por um conhecimento mais próximo das experiências do vivido, recorrendo às virtudes do senso comum.

Escobar é antropólogo conhecido por realizar estudos de crítica à concepção de desenvolvimento que surge como uma forte ideologia nos anos 1950 e passa a ser incorporado em políticas para os países da América Latina, situados na periferia do capitalismo e tendo suas economias consideradas subdesenvolvidas e atrasadas. Como consequência, grandes projetos de infraestrutura, de industrialização da agricultura e investimentos no setor financeiro destes países foram elaborados e postos em prática mais intensamente desde então, resultando numa forte dependência econômica e política dos Estados latino-americanos para com órgãos financeiros multilaterais (Banco Mundial e FMI, principalmente), encabeçados pelos Estados Unidos e potências europeias. Com a ampliação do debate sobre os impactos ambientais e as estratégias para a conservação do meio ambiente a partir de conferências internacionais na década de 1970, Escobar percebeu a importância de articular economia, meio ambiente e a questão territorial.

É essencial compreender a relevância do território neste debate, por explicitar a disputa que há entre aqueles agentes externos e seus projetos imperialistas e as populações sujeitadas a eles. A defesa do lugar, das práticas cotidianas, do modo de vida e cosmovisões distintas que configuram a cultura de muitos povos situados nos países latino-americanos é imprescindível para a sobrevivência dos mesmos e suas diferentes visões de mundo e ontologias, em face dos avanços do capitalismo nestas regiões. O forte engajamento político do Processo de Comunidades Negras na década de 1990, estando localizado numa zona supostamente abandonada da

Colômbia, chamou a atenção do antropólogo e do seu grupo de pesquisadores, uma vez que o movimento já ganhava visibilidade internacional. Aquela década foi marcante na história do país pelo grande conflito armado que ocorria em função do narcotráfico, organizado por grupos paramilitares de direita, atingindo consideravelmente as comunidades negras, uma vez que o cultivo de plantas ilícitas era mais uma razão de disputa pela terra e expropriação. Assim, a presença de grandes multinacionais e do narcotráfico instigaram Escobar a entender as possíveis relações com processos que extrapolavam as fronteiras nacionais colombianas.

É com base neste contexto que Escobar elabora suas reflexões sobre o período atual da globalização neoliberal, quando os conflitos por território refletem a luta pelos direitos à diferença cultural reivindicada pelos agentes locais que ocorrem em muitas regiões do planeta. Para ele, trata-se sobretudo de uma crise epistemológica em que o discurso do desenvolvimento traz consigo uma concepção de natureza separada da sociedade, sendo um objeto a ser dominado e usado a serviço do homem. Para ele, a resistência de povos por todo o mundo com outras matrizes de racionalidades seria fundamental para a contraposição à visão ocidental e moderno-colonial, pois seria o alicerce para a ressignificação da globalização, constituindo o momento que chama de pós-desenvolvimento. Assim, debruça-se sobre as questões que se desdobram acerca do pensamento colonial e que permeiam muitos dos projetos para o desenvolvimento e progresso dos países pobres e até mesmo os programas que pautam a conservação do meio ambiente.

Carlos Walter Porto-Gonçalves é geógrafo e professor na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e vem se dedicando a estudos relacionados à crise ambiental, que inaugura o cenário político mundial a partir da década de 1970, bem como uma série de políticas neoliberais que transformam o mercado financeiro internacional e alteram a participação do Estado na economia e na realização de políticas públicas. Em alguns de seus trabalhos, mostra que a questão ambiental se agrava nas últimas décadas - embora nunca tenha sido tão intensamente debatida - devido ao avanço cada vez maior do modo de produção capitalista sobre outros modos de vida e matrizes de racionalidades, sobretudo na realidade vivida por muitos povos de países na América Latina, África e Ásia. Foi com base no contato com essas outras matrizes e saberes tradicionais que pôde aprofundar seus estudos no questionamento da sociedade contemporânea, marcada pelas crises ambiental e econômica. Entende que é mais que necessária a crítica

aos pressupostos da ciência e da técnica, isto é, à base do pensamento ocidental moderno, para que cheguemos ao cerne do entendimento destas crises e possamos superá-las. Compreender a qualidade da relação sociedade-natureza que fundamenta o pensamento moderno é de vital importância, e suas reflexões seguem este caminho.

O destaque dado ao aquecimento global e a conservação da biodiversidade, a urgência com que tais temas deveriam ser tratados (e o envolvimento do Banco Mundial no setor de investimentos privados para projetos voltados para suas resoluções) e a recente introdução de cultivos transgênicos principalmente nas lavouras dos países exportadores de commodities podem ser considerados fatos que motivaram o geógrafo a escrever sua obra, no ano de 2006. Também foi um período em que a esquerda ganhava mais espaço nos cargos executivos nos países da América do Sul, como aconteceu com o casal Kirchner na Argentina; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador; Tabaré Vázquez no Uruguai; Fernando Lugo no Paraguai, Michele Bachelet no Chile e Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2003 no Brasil. Dessa forma, havia certa expectativa que os debates realizados pelos movimentos sociais e intelectuais latino-americanos pudessem ser mais visibilizados e mais próximos da sua concretização.

Assim, ambos os autores vêm dedicando seus estudos sobre o contexto neoliberal da globalização, ou seja, quando a iniciativa privada e instituições multilaterais se fazem mais presentes do que nunca no que toca os rumos políticos, econômicos e ambientais da sociedade contemporânea, sendo a ciência uma grande aliada na concretização de planos que frequentemente não favorecem a maioria da sociedade. É diante desta conjuntura que eclodem e resistem os movimentos sociais de mulheres, negros, trabalhadores, LGBT, quilombolas, indígenas, camponeses ao redor do mundo, demonstrando sua força para questionar projetos que os invisibilizam, reivindicando seu direito à diferença e ao território.

A comparação entre ambas as obras se mostrou interessante na medida em que os autores percorrem caminhos e métodos distintos para problematizar assuntos semelhantes, quais sejam, as consequências políticas, sociais, ambientais e econômicas de uma visão reduzida e utilitarista da natureza, que permeia a sociedade que vivemos há séculos, em detrimento de outras racionalidades. Há uma complementaridade entre o ponto de vista de Gonçalves (2017), partindo de uma

abordagem global, e a visão que traz Escobar (2010), detendo-se no estudo de uma comunidade específica, que não deixa de lado sua relação com fenômenos mundiais. Ademais, consideramos interessante o diálogo entre a Geografia e a Antropologia e o contato com diferenças e semelhanças de suas respectivas categorias e métodos, sobretudo no atual momento de fragmentação e especialização do conhecimento científico.

Os dois trabalhos também se pautam em temas usuais, frequentemente associados à realidade dos países latino-americanos, quais sejam, globalização, uso dos recursos naturais por grandes corporações multinacionais e a atuação da luta e resistência de movimentos sociais que se posicionam contra os efeitos de tal exploração de seus territórios. O presente trabalho também foi uma oportunidade de aprofundamento destes temas, numa tentativa de afastamento da superficialidade e equívocos comuns ao discurso do senso comum acerca dos mesmos.

Portanto, este estudo teve o intuito de analisar a concepção de natureza adotada por cada autor, isto é, como é entendida sua relação com a sociedade na modernidade e, sobretudo, na atual fase da globalização. Também aqui comparou-se a noção de território concebida por cada um deles, tendo em vista a centralidade de ambos conceitos nas respectivas obras. Sendo a crise ambiental um debate cada vez mais frequente e uma realidade preocupante, também buscou-se neste estudo verificar como cada autor entende as possibilidades e os caminhos de superação desse momento.

CAPÍTULO 1 – Analisando a obra de Arturo Escobar Territórios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes

A obra de Arturo Escobar *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes* é um trabalho etnográfico que se deteve em acompanhar desde inícios da década de 1990 a experiência do Processo de Comunidades Negras (PCN) na Colômbia, movimento que luta pela permanência de povos tradicionais na costa oeste do país. Seu intuito era investigar a partir do método etnográfico os impactos culturais, socioeconômicos e ecológicos dos projetos de resistência da população negra e indígena ribeirinha, que surgem para se contrapor à presença de multinacionais do setor da pesca, madeiras e do monocultivo de palma que lá se instalam mais intensamente nos anos 1980. Sua obra tenta explicitar as relações entre a dinâmica global do mercado e dos Estados nacionais - marcados sobretudo pelas políticas neoliberais - com os aspectos locais e cotidianos de povos tradicionais que habitam a floresta úmida colombiana há séculos, criando lá formas de sobrevivência particulares e uma concepção de mundo muito diferente da Ocidental, isto é, sua própria cosmovisão. Seriam vários grupos étnicos, negros e indígenas, que se engajaram na mesma luta, pelo direito à diferença e ao território, questionando os projetos de progresso e desenvolvimento para aquela região, supostamente “esquecida”.

O autor organizou sua obra em seis capítulos nos quais aborda com mais ênfase os conceitos de importância para a compreensão do seu estudo, quais sejam: lugar, capital, natureza, desenvolvimento, identidade e redes, mantendo a pesquisa etnográfica e a teoria usada em torno de cada um deles. Considera seu trabalho como uma pesquisa na área da ecologia política, ou seja, um estudo que aborda os conflitos em torno do controle dos recursos naturais, sobretudo como meios de subsistência para populações com modos de vida e ecologias particulares. Tal enfoque seria de grande importância tendo em vista as consequências perversas da globalização sobre essas populações que resistem para manter sua cultura, economia e suas paisagens, cada vez mais ameaçadas pela presença de grandes empresas capitalistas.

Além dos estudos descoloniais, Escobar também tem como base teórica as contribuições do marxismo e do feminismo pós-estruturalista, esta última usada para compreender as questões de identidade, as quais o autor considera fundamentais

para o entendimento do que chama de *territórios de diferença*, isto é, justamente esses lugares onde se constituem outros modos de vida e de subsistência, outras concepções de mundo com base nas práticas seculares de povos tradicionais, diferentes da sociedade moderno-industrial, que tenta se fazer hegemônica em todo o mundo.

É também por essa razão que o *lugar* é uma noção primordial, aparecendo no primeiro capítulo. Tal noção carrega a possibilidade de uma discussão mais ampla sobre as estratégias políticas de tais povos, abarcando “el cuerpo, el ambiente, la cultura y la economía en toda su diversidad” (ESCOBAR, 2010, p.24) presente nestes diferentes grupos étnicos. Ademais, muitos estudos acadêmicos vêm se dedicando à compreensão dos fenômenos migratórios e vinculando-os às dinâmicas globais, muitas vezes secundarizando questões que levam grandes contingentes populacionais a se deslocarem e os problemas que ocorrem nos lugares de origem destas pessoas, criando uma assimetria na importância entre o global e o local.

“Esta marginalización del lugar ha tenido profundas consecuencias para nuestra comprensión de la cultura, la naturaleza y la economía, las cuales son ahora vistas como determinadas casi exclusivamente por fuerzas globales. Es tiempo de revertir esta asimetría enfocándose nuevamente en la vitalidad continuada del lugar en la creación de cultura, naturaleza y economía. Si por el lugar entendemos el compromiso con, y la experiencia de, una ubicación particular con alguna medida de enraizamiento (aunque inestable), unos límites (aunque permeables) y unas conexiones a la vida cotidiana, aun cuando su identidad es construída y nunca fijada, el lugar continua siendo importante en las vidas de la mayoría de las personas”. (ESCOBAR, 2010, p.47)

Há, pois, uma relação conflituosa em torno destas duas escalas de compreensão dos fenômenos sociais, econômicos e políticos. Pode-se dizer que o local representa as características particulares encontradas no Pacífico colombiano, suas “economías locales diversas, parcialmente orientadas a la auto-reproducción y a la subsistencia” (ESCOBAR, 2010, p.29), tradicionais da população de negros, indígenas e mestiços da região, suas distintas cosmovisões, o saber que está por trás do fazer cotidiano, do manejo das plantações, da água, do solo, além das formações geológicas e da fauna e flora características.

Já o segundo representa as forças hegemônicas do Estado e do capital internacional que intervêm por meio de multinacionais instaladas para explorar e comercializar os recursos naturais da região. O saber científico - ou a tecnociência, nos termos de Escobar - é tido como um grande aliado nestas práticas, expressando-se, neste caso, nas imensas monoculturas de palma africana, que simplificam a paisagem da complexa biodiversidade da região; no veneno químico que se usa para o controle de pragas que invariavelmente surgem nestes cultivos; nas expedições científicas para o conhecimento da região e os potenciais usos de seus recursos naturais em prol do progresso e desenvolvimento da nação nos anos 1950; ou mesmo nos programas de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável, que muito se fortaleceram enquanto discurso nos anos 1990. É a partir destas práticas orientadas para o mercado que a tecnociência tem uma grande capacidade de homogeneizar os diferentes significados locais e culturais e hierarquizar seus elementos, principalmente em relação ao homem.

“El ampliamente interrelacionado y auto-organizado mundo del bosque, ríos, fincas y comunidades entran en el proceso de simplificación y estructuración jerárquica, por la fuerza pura si se requiere com en los más recientes años”.
(ESCOBAR, 2010, p.99)

A tensão se dá na medida em que os interesses da população residente na região não são os mesmos das multinacionais, que se estabeleceram sobretudo a partir dos anos 1980. Há um esforço por parte delas para a incorporação do Pacífico colombiano às lógicas dos mercados globais, para a monetarização e homogeneização dessas economias locais diversas, resultando na expropriação do território das populações tradicionais para a exploração dos recursos naturais da região. O narcotráfico e sua demanda pelo cultivo de coca também seria uma setor da economia que, embora ilícito, também estaria vinculado à dinâmica global, expressando-se no cotidiano das comunidades étnicas frequentemente pela violência armada e expropriações de suas terras, sobretudo nos anos 2000. Além disso, o projeto de uso e desenvolvimento dos atores externos estaria associado quase sempre ao racismo e à colonialidade, na medida em que entende uma única cultura, um único modelo de sociedade como o melhor, negando e extinguindo os demais, discussão que retomaremos mais adiante.

Assim, é a partir da ideia de lugar que Escobar entende o território, pois é nele que se articulam as práticas de vida, representações e símbolos de determinada sociedade, sendo autorreferencial, “basadas-en-lugar” (ESCOBAR, 2010). Para a existência e permanência destes modos de vida, destes outros mundos, há, porém, uma disputa política pelo espaço e seus recursos, travada entre os agentes globais e locais, isto é, há relações de poder intrínsecas. Surge o conceito de territorialidade, da construção política do lugar a partir da visão dos agentes internos e locais, que se mobilizam pela sua autonomia e autodeterminação. Portanto, é neste contexto em que o capitalismo não se estabelece como totalidade que outras concepções de mundo, de relação com a natureza, que outros modos de vida resistem e podem surgir enquanto alternativa ao projeto de modernidade, sendo o *lugar* o ponto inicial e central para a criação desta alternativa.

Como alternativa às formas capitalistas e convencionais de produção, a população local da região do Pacífico colombiano conseguiu se mobilizar, por exemplo, para a elaboração de uma cooperativa de camarão, tendo em vista sua abundância naquele ecossistema. Foi a oportunidade que homens e mulheres ribeirinhos criaram para colocar em prática uma economia mais alinhada às suas práticas e conhecimentos locais, com reduzidos impactos ambientais, distribuição mais igualitária dos lucros e constituídas de relações horizontais. Considerou também uma gama de valores – e não apenas o monetário – tais como a manutenção da subsistência dos povos locais, a segurança alimentar, a biodiversidade, seus os valores culturais e até mesmo a paisagem e a estética local.

É o que Escobar chama de economia ecológica, que se distanciaria de uma econômica estritamente mercadológica na qual o valor de troca das mercadorias vale mais que o de uso. Assim, conviveriam contraditoriamente naquela região formas capitalistas e não-capitalistas de produção, expressando mais uma instância de disputa entre a população local e corporações capitalistas.

Foram realizadas também diversas reuniões entre as várias comunidades negras que compõem a região do Pacífico colombiano, com o objetivo de produzir materiais manuais de cartografias sociais e recolhimento oral de histórias guardadas pelos anciãos de cada grupo, isto é, mapas que representassem graficamente os elementos naturais da região (mar, mangue, bosque, rios, etc.), os sistemas de produção, bem como sua história. O lugar e o território estariam, assim, grafados e

reiterando a territorialidade das comunidades negras. Ademais, os materiais produzidos puderam ser utilizados num programa de zoneamento ecológico realizado por órgãos governamentais, expressando o grande potencial de intervenção e participação da população local na realização de políticas públicas. Esta foi apenas uma das conquistas do Processo de Comunidades Negras, que também se articulou na criação de uma rádio comunitária, em programas de alfabetização a partir da imersão nos elementos dos ecossistemas locais e na aprovação de leis que garantissem a demarcação formal de seu território.

O conceito de natureza, por sua vez, é de muita importância em todo esse debate pois, ao nos questionarmos sobre a forma como são usados os recursos naturais e os sujeitos que deles se apropriam, questiona-se qual a concepção de natureza adotada por cada um deles e que dá fundamento para as diferentes relações possíveis.

“Ecologistas com pensamento filosófico argumentan que la crisis ecológica es una crisis de los sistemas modernos de pensamiento. No sólo la ciencia y la tecnología moderna contribuyen con una desenfadada desatención, sino que tampoco parecieran proveer soluciones viables al problema. Por esa razón las preguntas epistemológicas son fundamentales cuando se están discutiendo las cuestiones sobre naturaleza, y así se les dará su merecida importancia en este capítulo; en pocas palabras, hay una colonialidad de la naturaleza en la modernidad que necesita ser desvelada”. (ESCOBAR, 2010, p.25)

Escobar entende que a “natureza es culturalmente construida” (ESCOBAR, 2010, p.133), ou seja, cada sociedade entende o mundo e as relações entre os seus elementos de uma forma diferente, dando um significado próprio ao mundo natural e humano. Essa ideia se contrapõe à visão essencialista de natureza que está por trás do pensamento científico convencional. Tal corrente de pensamento basicamente entende que tudo que compõe o mundo e a vida possui um núcleo inalterável, fixo, independentemente das relações externas que possam ocorrer ao seu redor, jamais modificando-o. Assim, o objeto e o sujeito têm seus limites bem definidos, bem como todo o restante. “El mundo, en otras palabras, es siempre predeterminado desde lo real.” (ESCOBAR, 2010, p.142)

Os grupos negros do Pacífico denominam de *cosmovisão* e conhecimento ancestral o conjunto de saberes que explicam os fenômenos da vida e a forma que entendem o mundo. A cosmovisão dos povos negros do Pacífico colombiano é constituída por influências católicas, indígenas e africanas, havendo dois eixos compostos por seres de natureza diferentes: o eixo em cima- embaixo e o divino e humano. Não são universos estanques e comunicam-se entre si, revelando uma continuidade entre os mundos, em detrimento de uma rigidez de limites, o que os diferencia dos sistemas binários e estanques de cultura-natureza ocidentais. Assim, sua cosmovisão é tão profunda e complexa quanto pode ser a concepção moderna de mundo.

É interessante o destaque que se dá à discussão sobre a conservação da biodiversidade no mundo como uma preocupação que marcou os anos posteriores à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. A partir de então apareceram múltiplos atores e influências acerca do tema, como as ONGs, governos, empresas e movimentos sociais, para que se criassem políticas de preservação dos biomas pelo mundo. Foi um tema repleto de conteúdo formulado por especialistas, que deram mais ênfase ao seu aspecto genético do que à permanência dos ecossistemas e das espécies em si. Para Escobar, foi um posicionamento estratégico, vinculado aos interesses daqueles que mais tarde defenderiam os direitos de propriedade intelectual, restringindo duramente o acesso às biotecnologias.

“Un discurso aparentemente benigno, de esta manera, termina en la base de un complejo sistema que reúne organismos y ecosistemas, herramientas poderosas, instituciones sociales, intereses privados, e incluso las esperanzas e aspiraciones de millones. Como tantos analistas han indicado, al vincular los excluyentes derechos de propiedad impuestos por la Organización Mundial del Comercio, este denso sistema de producción de verdad de la ciencia, de políticas y de la economía puede tener devastadoras consecuencias para el mantenimiento de la biodiversidad local”. (ESCOBAR, 2010 p.160)

Este é um debate que possibilita problematizar a necessidade de visibilizar os grupos locais, muitos dos quais vivem nestes ecossistemas ricos em biodiversidade e, no entanto, podem estar sujeitos às imposições de projetos globais que no fundo,

reduzem sua autonomia e restringem o conhecimento que muitas vezes foi expropriado destas mesmas populações. Para Escobar, a conservação *in situ* da biodiversidade, isto é, promovida em cooperação dentro e com estas comunidades, deve ser realizada considerando “su inseparable inserción en sistemas naturales y culturales co-evolutivos.” (ESCOBAR, 2010, p.160). Estariam, portanto, assentados numa outra concepção da relação sociedade-natureza e de poder, contrapondo-se ao entendimento reduzido e frequentemente reiterado pelo discurso científico acerca da biodiversidade.

O manejo e a produção autóctone dessas populações, os chamados sistemas tradicionais de produção, são, justamente, baseados nas concepções locais de mundo. Segundo Escobar, são mais efetivos na conservação do meio ambiente e sustentabilidade, refletindo a maior harmonia e respeito ao tempo do ecossistema em que estão inseridos. A agricultura é a forma mais predominante deste modelos de cultura-natureza e, no caso das comunidades aqui estudadas, se caracterizam pelas terras comunais e familiares, pelo cultivo com alto grau de produtividade de uma série de alimentos e plantas, regimes de empregos grandemente influenciados por vínculos familiares e acordos extracontratuais, algumas atividades extrativistas, às vezes pesca, sendo o objetivo primeiro a sua subsistência e, depois, a comercialização de alguns produtos. Ademais, se denota a importância do trabalho humano necessário nos cuidados de todas essas tarefas.

A colonialidade da natureza, porém, se impõe como uma gestão da natureza, permeada por uma racionalidade hierárquica que separa o humano e o natural, subordinando o corpo e natureza à mente, rejeitando quem não o faz. Suas práticas se projetam enquanto dominação da natureza pelo ser humano, estendendo-se também à exploração de outros seres humanos, especialmente aqueles mais próximos da natureza - os ditos povos primitivos ou selvagens - e inferiorizados por essa razão. É revelada a existência do pensamento colonial da natureza nas bases modernas e essencialistas de conhecimento, fundamentos que estão por trás das ações das multinacionais e entidades multilaterais (ONU, Banco Mundial) que se instalaram na região do Pacífico colombiano nas últimas décadas sob o discurso do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Há, porém, diversas contradições nocivas à realidade socioambiental vivida pela maior parte da população lá residente introduzidas a partir da chegada de atividades comerciais vinculadas ao capitalismo nacional e internacional. A

construção de portos, estradas, ferrovias e hidrovias para o escoamento das mercadorias ali produzidas vem gerando grandes impactos ambientais no sensível ecossistema que são os manguezais, a criação de um mercado de terras e a venda a baixos preços por parte dos nativos, a monetarização da economia e maior dependência do dinheiro para a obtenção de alimentos que antes eram plantados pela população local, a substituição da plantação de alimentos por monocultivos comerciais, como ocorreu no caso da palmeira africana, concentração fundiária, o aumento da desigualdade social, etc., são só algumas das consequências negativas geradas pela introdução da região do Pacífico colombiano na economia internacional.

Escobar entende que questionar tais transformações e a ideia de progresso trazida com elas é também questionar o pensamento que está por trás delas, isto é, a suposta melhoria de vida, conforto e evolução humana que a modernidade promete oferecer para o mundo a partir de valores cultivados na Europa iluminista, burguesa e industrial que se impõe enquanto um sistema mundo desde finais do século XV, em detrimento de outras racionalidades, outros conhecimentos.

“Así, la noción de colonialidad señala dos procesos paralelos: la supresión sistemática de los conocimientos y de las culturas subordinadas (el encubrimiento del otro) por la modernidad dominante; y la necesaria emergencia, en el mismo choque, de conocimientos particulares moldeados por esa experiencia, que tiene por lo menos el potencial de convertirse en los lugares de articulación en proyectos alternativos y de permitir una pluralidad de configuraciones socio-naturales”. (ESCOBAR, 2010, p.28-29)

A colonialidade seria intrínseca à modernidade, bem como a capacidade dos povos dominados de subverter a ordem que tenta se impor constantemente, criando alternativas a ela, com base justamente nessas outras racionalidades que fundamentam suas cosmovisões e podem produzir “modernidades alternativas” ou “configuraciones descoloniales de la naturaleza” (ESCOBAR, 2010, p.26).

“La principal, pero no la única, fuente para esta alternativa es una reinterpretación crítica de la modernidad por un grupo de intelectuales latinoamericanos desde la perspectiva de la colonialidad. La modernidad, de acuerdo con estos autores, no puede ser comprendida sin la referencia a la colonialidad del poder que la acompaña y que implicaba la marginalización

de las culturas y conocimientos de los grupos subalternos. Esta conceptualización nos permite entender cómo las historias locales de la modernidad europea desde la conquista de América han producido proyectos globales dentro de los cuales los grupos subalternos han tenido que vivir; también se hace comprensible el surgimiento de conocimientos e identidades subalternas en las grietas del sistema mundo moderno colonial. Estos conocimientos indican tanto una reapropiación de diseños mundiales por historias subalternas locales como la reconstrucción posible de mundos locales y regionales sobre lógicas diferentes que, en seu potencial de conexión en rede, pueden conseguir constituir las narrativas de las alternativas a la modernidad". (ESCOBAR, 2010, p.188)

É dessa maneira que o autor entende que modernidade/ colonialidade/ descolonialidade pertencem a uma mesma realidade contraditória pois é no bojo da mesma que outros povos, com racionalidades diferentes da europeia, podem recriar suas realidades, ainda que estejam do lado dominado da relação, superando, mesmo que não totalmente, tal dominação, chegando a "formas de modernidad auto-orientadas" (ESCOBAR, 2010, p.188)

O sociólogo mexicano Enrique Leff é mencionado diversas vezes por Escobar, contribuindo com a reflexão acerca do atual momento epistemológico. Para ele, vivemos num período marcado por uma *hibridez* do biofísico e tecno-social, principalmente depois do desenvolvimento das ciências moleculares e da genética, quando a vida passa a ser permeada intensamente pelas tecnologias, sendo praticamente impossível mostrar os limites entre biologia e tecnologia. Para eles, deve haver uma ruptura no pensamento moderno, a fim de que haja um novo conceito que compreenda a complexidade dos diversos entes que compõem a vida, não sendo uma simples questão de interdisciplinaridade das áreas do conhecimento, mas a criação de novos conceitos e visões de mundo. Escobar se detém na investigação das teorias que orientam o pensamento contemporâneo, sobretudo no capítulo sobre a Natureza, buscando aquela que poderia abarcar mais ontologias, que seja mais plural, avançando no debate acerca da concepção de natureza.

Assim, Escobar vai até as sociedades tradicionais para entender que há outras muitas concepções de natureza possíveis e que não se pode mais negá-las e escondê-las. A mudança de paradigma se faz mais que necessária, pois assim como a separação entre humano e natural não ocorre no pensamento de muitas

sociedades e culturas, já não faz mais sentido na realidade contemporânea ocidental, pois

“(...) necesitamos alejarnos de las formas de pensamiento basado en binarismos, totalidades, estructuras generativas, unidades pre-asumidas, leyes rígidas, racionalidades logocéntricas, producción consciente, ideología, determinación genética, macropolíticas (...)”. (ESCOBAR, 2010, p.321)

Além disso, defende que devemos transformar as novas cosmovisões e ontologias que virão em estratégias políticas para integrar diferentes modos de conhecer, em detrimento do “sueño moderno de organizar (la gente) de maneras logocéntricas y reduccionistas.” (ESCOBAR, 2010, p.323)

Escobar também contextualiza o PCN com outros movimentos antiglobalização ao redor do mundo, principalmente entre os anos de 1995 – 2005. Eles se dedicam a criar articulações internacionais com outros movimentos sociais que pautavam a autonomia dos povos e uma maior horizontalidade política. Foram realizados diversos encontros em diferentes países, aproximando ONGs e instituições governamentais das discussões realizadas por estes grupos.

É a partir da *teoria da auto-organização e heterarquia*, de origem na biologia, que Escobar busca compreender as articulações internacionais do PCN e de movimentos antiglobalização, na medida em que esse novo pensamento pressupõe que os indivíduos e os movimentos devam ser entendidos como criações de sua própria história e experiência, pois cada movimento social acaba sendo uma entidade individual em si mesma. Buscam também criar uma identidade e maneiras autônomas de pensar, ser e fazer, orientados para a defesa do modo de vida destas comunidades, aproximando projetos intelectuais e políticos.

As “comunidades negras” assim se autodenominaram e participaram ativamente na elaboração de políticas públicas nos anos 1990 na Colômbia, reivindicando principalmente autonomia, direito à diferença e direitos culturais, não visando, porém, o isolamento da sociedade, mas a criação de uma correlação de forças perante o Estado para a realização de negociações que atendessem às demandas destas populações sob seus modos de vida tradicionais mencionados

Entendendo os movimentos de *identidade* como “la politización de la diferencia y la construcción de un nuevo sujeto político” (ESCOBAR, 2010, p. 232), Escobar indica sua compreensão acerca do conceito enquanto discurso e práticas históricas, revelando as relações de poder que o envolvem. Tal conceito é caracterizado também pela sua dinâmica processual e dialógica, isto é, surgindo basicamente do encontro com o outro, com o diferente, implicando uma delimitação de fronteiras entre ambos.

No caso do Pacífico colombiano, o debate se dá entorno da etnização da identidade negra, ou seja, uma concepção mais ampla de identidade, que remete a uma coletividade e tenta ultrapassar o âmbito individual da noção, entendendo a opressão contra os negros como um fenômeno histórico e social. Seria, portanto, por meio desta abordagem que se daria a possibilidade de superação das desigualdades sociais e discriminações que envolvem a população afrocolombiana.

Por fim, o autor termina sua obra ressaltando que as reivindicações do Processo de Comunidades Negras têm uma perspectiva étnico-territorial e vêm reunindo esforços das diversas etnias negras e indígenas que habitam a região do Pacífico colombiano no que toca à apropriação dos seus “territorios de vida, alegría y libertad, vivir bien y bienestar colectivo” (ESCOBAR, 2010, p.339), em detrimento da iminente expropriação que atores externos vêm provocando por meio do uso da violência e de suas intervenções voltadas para a manutenção do sistema capitalista. Seus projetos, no geral, estariam voltados para a autonomia política e segurança alimentar, sustentados pelos sistemas tradicionais de produção, ou seja, economias alternativas ao sistema mercantil vigente, inseridas ecologicamente e atuando de forma mais horizontal. É um movimento de referência internacional para outros que compartilham das mesmas aspirações, principalmente aqueles que também enxergam as relações moderno-coloniais que permeiam suas realidades políticas, econômicas e culturais. A superação da modernidade para eles seria uma questão de sobrevivência na medida em que seus principais expoentes (Estados Nacionais, tecnociência e capital, representado pelas corporações capitalistas nacionais e internacionais) se mostraram incapazes de solucionar os problemas intrínsecos a ela, como a expropriação de territórios de grandes contingentes populacionais, a destruição do meio ambiente, a desigualdade social, a fome, entre outros.

Escobar na verdade, acredita que hajam múltiplas modernidades, isto é, entende que é possível o lado dos excluídos e colonizados se apropriar da nova

dinâmica que lhes é imposta para conduzi-la de forma mais alinhada com suas cosmovisões e relações particulares entre sociedade e natureza. Dessa forma, enquanto protagonistas, os povos subjugados acabam por reinventar-se a si mesmos a partir de novos elos com as forças globais e com eles mesmos.

CAPÍTULO 2 – Analisando a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves “A globalização da natureza e a natureza da globalização”

Porto-Gonçalves inicia sua obra questionando a ideia de globalização, tão popularizada e naturalizada, à esquerda e à direita da política. Dá ênfase à influência da tecnologia na construção dessa imagem global que vem sendo formada nos últimos anos, sobretudo a partir de imagens de satélites e da ampliação das redes de comunicação. Oculta-se, no entanto, as relações de poder que existem por trás dessa ideia, que cria uma suposta dependência mútua entre os países, elimina as fronteiras dos estados nacionais, substituindo suas autoridades pela representatividade de órgãos multilaterais como a ONU, Banco Mundial e OMC, submetidos em grande parte às decisões dos países ditos desenvolvidos, principalmente dos EUA.

Na verdade, o autor compreende o fenômeno da globalização não como algo recente, mas tendo se iniciado no fim do século XV, com as grandes navegações portuguesas e espanholas e a conquista da América e, posteriormente, da África e Ásia pelos europeus. A retirada do ouro e da prata do continente americano para as metrópoles ibéricas, a extração de pau-brasil, a comercialização de negros escravizados vindos da África, o trabalho servil a que foram submetidos os indígenas, as monoculturas de cana-de-açúcar, banana, cacau, café, algodão, etc., são fatos que demonstram a globalização da natureza que rapidamente se iniciava a partir da escravidão e trabalhos forçados de povos tidos como diferentes, bem como o esgotamento de minas, solos e destruição das florestas que revestiam o território colonial. Os antigos saberes e técnicas destes povos também foram apropriados pelos europeus que aqui chegavam e nada conheciam do clima e da geografia. Todas essas riquezas naturais, o trabalho humano e os conhecimentos estavam voltados, porém, para o enriquecimento das metrópoles europeias, a acumulação primitiva de capital e o fortalecimento político e econômico dos Estados Nacionais que recém se constituíam, em detrimento da situação de desvantagem a que as colônias eram submetidas. Assim, como aponta Porto-Gonçalves,

“Vê-se, portanto que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por outro lado. Não faltaram argumentos de

que essa dominação se dava por *razões naturais*, na medida em que certas *raças* seriam *naturalmente inferiores*". (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.25)

A partir desses acontecimentos e das relações econômicas, políticas e sociais que se desdobraram entre colônias e metrópoles, criou-se um *sistema-mundo moderno-colonial*, caracterizado pela hegemonia dos países europeus e exploração humana e dos recursos naturais nas colônias, que

"(...) revestia-se de uma aura de missão civilizatória e, dessa forma, absolvía-se o etnocídio e o genocídio que se cometiam contra os povos da África, Ásia e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza (...) estava justificada sua dominação". (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.13)

Assim, a burguesia europeia consolidou sua hegemonia por todo o mundo nos séculos seguintes, subjugando a natureza e os povos que dela se aproximavam por julgarem-nos inferiores e passíveis de seu controle. Tal sistema-mundo continuou existindo mesmo depois da independência das colônias e do fim do pacto colonial que, para o autor, foi uma mera formalidade pois na realidade houve algumas mudanças na forma de exploração do trabalho e dos recursos naturais. Tenta-se, portanto, evidenciar a continuidade da relação moderno-colonial que constitui a essência das relações de interdependência existentes na globalização capitalista que fundam a modernidade, baseadas em relações hierárquicas de poder.

A fase que se segue seria marcada pelas transformações proporcionadas pela máquina a vapor e sua capacidade de potencializar o trabalho para a transformação da matéria, caracterizando a primeira Revolução Industrial do século XVIII. Esta grande renovação técnica contribui enormemente para a expansão do capitalismo para áreas mais distantes do planeta, sobretudo considerando a maior capacidade de transporte de mercadorias e matérias-primas para seus locais de consumo e transformação industrial, respectivamente. A geografia mundial, portanto, também é alterada.

“A revolução técnica, vê-se, é uma transformação nas relações de poder de manipular a matéria e, com ela, conformar a sociedade e o ambiente ao mesmo tempo.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.28)

Esta capacidade de manipular a matéria consegue se potencializar ainda mais com o uso do carvão, gás mineral e do petróleo, todos eles combustíveis fósseis que carregam nas suas moléculas de carbono grande potencial energético, tornando todas essas mudanças verdadeiras revoluções técnicas. A especialização da produção se torna cada vez maior e começam a estruturarem-se grandes monoculturas de exportação nas ex-colônias, reduzindo o uso da tração animal e aumentando a utilização de insumos energéticos provenientes de fora daqueles sistemas. Do outro lado, surgem grandes complexos industriais nas antigas metrópoles, que também são alimentados por materiais vindos de outras regiões, aprofundando assim, a divisão internacional do trabalho. A busca por mercados consumidores e fontes de matérias-primas se estende pelo mundo e aqueles países que vinham realizando a acumulação primitiva de capital passam a concentrar poder econômico e político, bem como as empresas lá sediadas se unem em grandes oligopólios financeiros e industriais, caracterizando o imperialismo. Este momento recebe destaque pelo autor pelo seu caráter fossilista, isto é, por ser um sistema econômico que passa a depender cada vez mais dos combustíveis fósseis para manter seu ritmo de lucro e a exploração da mais-valia.

“A busca incessante do lucro por meio do aumento da produtividade, característica da lógica de mercado (competitividade), se crê independente e acima do fluxo de matéria e energia do planeta, de cada biorregião, de cada contexto geocultural e social específico.

Na verdade, com o imperialismo, instala-se uma verdadeira pilhagem de recursos naturais da África, da Ásia e da América Latina e Caribe (Pierre Jaleé) e, mais do que isso, deixa-se um séquito de devastação e desordem ecológica e social, incluindo duas guerras que envolveram a própria Europa na desordem generalizada que a dinâmica expansionista inerente ao capitalismo fossilista acabara impondo a todos.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.31-32)

Dessa forma, a reprodução do capital amplia sua dependência dos recursos naturais sem considerar seus impactos ambientais e a finitude dos mesmos,

traduzindo-se na disputa com outras potências que se formavam na época. Era a manutenção do sistema-mundo moderno-colonial que continuava disputando territórios e submetendo povos de diferentes matrizes racionais, os quais raramente de beneficiavam do aumento da produtividade proporcionado pela revolução tecnológica, afinal, esta estava inerentemente permeada pela moderno-colonialidade.

Na Europa do início do século XX, com a intensa mobilização da classe trabalhadora e a influência do socialismo na Rússia, somadas à crise de 1929, o capitalismo liberal via a necessidade de se reinventar e criar novas estratégias para sua manutenção naquele contexto de disputas ideológicas. O Estado surge como principal agente econômico tanto no resgate de grandes corporações financeiras como provedor de grandes montantes de investimento no setor produtivo (construção civil, obras de infraestrutura e indústria), tornando-se um verdadeiro regulador da economia nos países europeus e nos Estados Unidos.

Depois da Segunda Guerra mundial, viveram-se nestas regiões os chamados “anos dourados do *capitalismo fossilista fordista*” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.34), fazendo referência às ideias de Henry Ford acerca das linhas de montagem das fábricas de automóveis. Segundo suas ideias inovadoras, o aumento da produtividade gerada pela produção em série e o trabalho repetitivo de inúmeros operários especializados poderia baratear o preço do produto final e deixá-lo mais acessível para a compra por estes mesmos operários. Era uma forma de garantir os lucros das fábricas e satisfazer algumas demandas sociais pelo aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, embora não se pensasse nos limites da natureza em relação à finitude dos recursos naturais e absorção de rejeitos liberados por essa imensa produção que se esboçava. Aqui, o autor destaca a fragilidade deste projeto, que rendeu algumas décadas de glória principalmente nos países industrializados e centrais do capitalismo e não para todos os países, revelando mais uma vez a moderno-colonialidade. Este período foi sucedido mais tarde pelo fim do padrão ouro-dólar na década de 1970, que tornou o dólar americano a referência no mercado mundial.

É na década de 1970 que se inicia uma nova fase e chega-se ao período neoliberal, que estaria intimamente ligado à atual fase da globalização, o mercado financeiro internacional sendo o principal regente deste projeto político. A enorme dívida externa dos países da América Latina, África e Ásia se torna um importante

mecanismo de controle por parte de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que impõem políticas de ajustes estruturais que visem atrair dólares para essas economias, no intuito de quitarem suas dívidas com estas instituições, o que não acontece de fato. O aumento da dependência de exportações de matérias-primas e commodities para suprir as demandas dos países desenvolvidos, o corte de gastos públicos, privatização de empresas públicas, aumento da taxa de juros para atrair investimentos no setor financeiro são algumas das estratégias mais comuns adotadas pelos governos dos países devedores, resultando invariavelmente na precarização das condições socioeconômicas vividas pela maior parte de seus habitantes. Ademais, também cria-se uma “dívida ecológica” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.47), consequência do estímulo dado por estas instituições internacionais de crédito para que se produza matérias-primas, como grãos de soja, milho, açúcar, minérios como bauxita, zinco, cobre, manganês, para que se construa portos, rodovias, ferrovias e toda uma infraestrutura para o escoamento destas mercadorias cujo impacto ambiental para a realização de toda esta cadeia mercantil é enorme. Assim, esta lógica traduz-se na intensa utilização de recursos naturais e energia, muitos deles não-renováveis, e na expropriação de terras de povos de outras matrizes culturais (camponeses, indígenas, afrodescendentes) ou na sua submissão a um modo de vida e produção completamente diferente do seu, ameaçando a diversidade cultural e biológica particular de cada lugar.

Outra noção interessante que Porto-Gonçalves traz em sua obra é a de *pegada ecológica*, que consiste numa “(...) função do tamanho da população, do consumo médio de recursos *per capita* e da intensidade dos recursos tecnológicos utilizados” (p.40), medida em hectares, ou seja, a quantidade de espaço físico produtivo biologicamente, necessário para suprir as demandas de uma determinada população. Com esse cálculo ambiental, pôde comparar o quanto cada região do planeta consome em matéria e energia e chegar à conclusão que a pegada ecológica da Europa e nos EUA é consideravelmente maior do que no Oriente Médio, Ásia Central ou América Latina e Caribe. É uma maneira interessante de compreender a desigualdade do padrão de consumo entre os países e seu impacto ambiental correspondente, e também de representar os valores dos recursos naturais além do seu valor monetário. Tenta-se romper com o raciocínio crematístico-monetário que o autor menciona, isto é, a ilusão criada em relação ao

comércio internacional e o consumo de mercadorias, representados frequentemente apenas pelo seu valor em dinheiro, não considerando sua existência enquanto matéria e energia e os rejeitos produzidos por todo o seu processo de transformação até chegarem às prateleiras dos mercados. Porto-Gonçalves também baseia seu estudo nas leis da termodinâmica, explicando brevemente que a capacidade do meio se regenerar não é ilimitada e, portanto, a “destruição da matéria pode ser irreversível” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.73) devido ao alto grau de entropia (desordem ou desequilíbrio) dos ecossistemas alterados. Desta forma, haveria diversas contradições e conflitos entre a temporalidade da alta produtividade, do consumo em massa, da acumulação do capital e a da natureza enquanto provedora de matéria e energia, e receptáculo dos rejeitos gerados, isto é, grandes quantidades de matéria desagregada que interfere negativamente na regeneração dos ecossistemas. Para o autor, a questão ambiental que se coloca é também da irreversibilidade do tempo em relação à realidade concreta da matéria, uma vez que já foi gasta grande quantidade de energia para transformá-la.

“É preciso desenvolver um pensamento complexo que seja capaz de dar conta dessas contradições que se instauram na relação da sociedade com a natureza, contradições essas ainda mais graves numa sociedade que reduziu o tempo a uma abstração matemática – o tempo é dinheiro – e, assim, olvidou a materialidade inscrita na espaço-temporalidade da *physis*”.

(PORTO-GONÇALVES, 2017, p.253)

Porto-Gonçalves busca conceitos que tragam consigo outras formas de racionalidade e de temporalidades, preferencialmente aquelas que não se sobreponham ao tempo da natureza e que reflitam outras relações entre ela e a sociedade. Menciona algumas vezes o sociólogo mexicano Enrique Leff e suas ideias acerca das alternativas ao pensamento colonial e possibilidades de epistemologias. Baseia-se também na noção de *physis*, abordada pelos filósofos pré-socráticos, numa tentativa de compreender a natureza e sociedade de forma mais contínua, sem uma separação rígida e de forma mais complexa do que a dicotomia ocidental. Pode-se dizer que Porto-Gonçalves se detém com maior ênfase na crítica à concepção de natureza tal como ela se constitui na sociedade moderno-colonial e no alcance maior que ela vem tendo no atual período da globalização, em detrimento de outras concepções. Apesar de evidenciar que a superação das crises

passa pela superação cultural e epistemológica da concepção ocidental de mundo, não deixa tão claro quais seriam os novos pontos a serem considerados para essa nova visão. Dessa forma, sua atenção se volta muito mais para a análise crítica do conceito de natureza do que no aprofundamento das possibilidades de novos fundamentos teóricos, como o fez Escobar no referido trabalho.

Os estudos que comparam os diferentes níveis de consumo ao redor do mundo mostram que as práticas dos países considerados desenvolvidos têm maior impacto ambiental e não seria possível sua permanência por muito tempo, tendo em vista a finitude de boa parte desses recursos. Aqui é muito importante entender que por trás destes números há um modelo de sociedade com um estilo de vida consumista e individualista, o chamado de *american way of life*, que é propagado pelo mundo através da ideia de desenvolvimento, que para Porto-Gonçalves “(...) é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza” (p.62). A visão de um país urbanizado, repleto de indústrias, com alta produtividade, consumo e crescimento econômico, inserção da população no mercado de trabalho e maior poder aquisitivo da mesma, além da construção de grandes infraestruturas para sustentar toda circulação de mercadorias e pessoas, nos remetem justamente à noção de progresso e desenvolvimento e nos afasta da natureza, isto é, daquilo que o homem supostamente não criou. Esta ideia estava (e ainda está) tão arraigada no pensamento ocidental que mesmo aqueles que reivindicavam maior igualdade social e lutaram contra o imperialismo na África, América Latina e Ásia, no fundo, reproduziam-na, quando entendiam sua situação socioeconômica como um caso de subdesenvolvimento, como analisa Porto-Gonçalves:

“Atentemos que o prefixo *sub* indica que se questiona o *aquém* de um modelo que, em si, não está sendo questionado. Sem o saber, reiteravam a colonialidade que pensavam combater. Observe-se que, ao se questionar a *des-igualdade*, o que se aponta no horizonte é que se quer ser igual e, assim, permanecemos nos marcos do pensamento eurocêntrico. Todos querem ser desenvolvidos como a Europa e os EUA e, assim, o horizonte está marcado pela colonialidade do saber e do poder, posto que não se consegue pensar fora dos marcos desse pensamento moderno-colonial. Já aqui, pensamento único”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.51)

A questão, neste momento, é entender que a evolução da condição de um país subdesenvolvido para ser desenvolvido jamais acontecerá porque a modernidade, desde sua origem no século XV, pressupõe uma limitação ambiental e material no tocante à exploração da natureza. É, como se pode ver, uma situação muito mais complexa do que esta divisão dicotômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A desigualdade social tão criticada por grupos de esquerda, principalmente pelos marxistas, chegaria ao seu fim com mais desenvolvimento pois “O progresso, dizia-se, era um direito de todos.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.63). Avançando no debate, o autor analisa:

“Aqui, se confundem duas questões diferentes com consequências graves para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles o desafio ambiental: a ideia de igualdade parece só pode ser contemplada com o desenvolvimento - todos temos direito à igualdade - sem que nos indaguemos acerca *dos diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.64)

Assim, de acordo com essa visão etnocêntrica de mundo, seria com mais progresso e dominação da natureza que a solução das mazelas sociais vividas por boa parte dos habitantes das antigas colônias ocorreria, baseando-se, no entanto, na superioridade da civilização europeia em detrimento de experiências vividas por outros povos, devido ao seu atraso cultural.

A ciência e a técnica teriam um papel fundamental na dominação da natureza pois foram criadas para isso, com a promessa de emancipar a humanidade a partir da descoberta das verdades do mundo. A fome e as doenças teriam seus dias contados e o ser humano passaria a disputar força com a natureza. Para tal, houve a criação de todo um sistema de conhecimento assentado principalmente na matemática e na física refletindo ele mesmo relações de poder desiguais, seja entre o ser humano e a natureza ou entre os próprios seres humanos. É também por essa razão que o autor não reconhece a tecnologia como solução para a superação da relação moderno-colonial e do desafio ambiental, pois no fundo ela também teria sido responsável pela atual situação do planeta e pela desigualdade social ainda existente.

O autor faz questão de enfatizar a intrínseca relação entre *política e ciência*, principalmente nas últimas décadas do atual período neoliberal, quando a participação de grandes empresas capitalistas na produção de pesquisas é cada vez maior. Bilhões de dólares são investidos por elas na fomentação de descobertas nas áreas de biotecnologia, petroquímica, microfísica, na indústria farmacêutica que, no entanto, nada têm de emancipador, uma vez que são realizadas sigilosamente em sofisticados laboratórios e posteriormente são patenteadas, reproduzindo assim, a lógica da propriedade privada sobre o conhecimento. Além disso, direcionam-se tais estudos a partir dos interesses destas poderosas corporações, colocando as possibilidades de lucro muitas vezes à frente da saúde e bem-estar da sociedade e da natureza. O uso de agrotóxicos e sementes transgênicas na produção agrícola, por exemplo, é um constante alvo de críticas de ambientalistas, camponeses e mesmo de uma parte da comunidade científica, como Porto-Gonçalves aponta em alguns trechos.

A atividade agrícola também merece destaque pelo seu modelo de produção atual. Não só a revolução industrial e o aumento da produção e produtividade nas fábricas demonstram a ausência da consideração da temporalidade da natureza e a finitude de seus recursos, mas a agricultura também vem assumindo este caráter, principalmente depois da Revolução Verde e de sua modernização. A implantação de máquinas nos campos de cultivo (reduzindo drasticamente o trabalho humano), a dependência de insumos para servirem de fertilizantes e herbicidas e, mais recentemente, a utilização de sementes transgênicas, são alguns dos principais pontos destacados pelo autor que demonstram as profundas mudanças que vem ocorrendo no campo pelo mundo afora.

Foi sob o discurso da iminência da fome devido ao crescimento populacional e da necessidade de aumentar a produção agrícola que tais mudanças ocorreram gerando grandes impactos ambientais, como a redução da biodiversidade pela preferência a monoculturas, poluição de solos e água pelo uso de agrotóxicos, erosão e assoreamento de rios pelo uso intensivo do potencial fértil dos solos, entre muitas outras consequências ambientais desastrosas. Além disso, padroniza a produção que antes era realizada pelos povos originários e locais, frequentemente em terras comunais, a partir de seus conhecimentos empíricos e com enorme diversidade de plantas, juntamente também com a pecuária, extrativismo, caça, coleta, ou seja, uma gama de formas de uso dos recursos naturais. A escolha de tais

técnicas modernas para a produção agrícola implica a necessidade de muita energia proveniente de fora daqueles sistemas, representada pela intensa utilização de insumos diretos e indiretos (como combustíveis) e maquinário. Essa realidade agrária e de monocultura para a exportação é muito mais expressiva nas regiões de clima tropical, onde há grande potencial energético na medida em que recebe muita energia solar. Por isso, para Porto-Gonçalves, há um contrassenso neste modelo, que não leva em consideração as características locais e impõe um modelo simplificado e dependente, em detrimento dos métodos e técnicas que antes eram praticados pelos povos tradicionais que habitavam estas áreas de forma autossuficiente no que toca a necessidade de energia.

“O balanço energético para essas regiões e seus povos é, assim, necessariamente negativo, o que contribui decisivamente para manter a dependência dessas áreas, em si mesmas tão ricas em energia, em diversidade biológica, recursos hídricos e diversidade cultural, diante de todo um complexo oligárquico financeiro, como o da agroindústria, com riscos sérios não só para essas regiões, mas para a humanidade e o planeta como um todo, por sua necessária ineficiência energética”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.256)

Assim, este modelo seria mais uma expressão da moderno-colonialidade, pois por trás da dependência energética está o perverso serviço de multinacionais que fornecem todos estes aparatos e lucram com isso, evidenciando mais uma vez a assimétrica relação econômica e política que todo este circuito produtivo configura. É também uma maneira de extinguir a diversidade de culturas em prol da mercantilização de poucos cultivos (commodities), que irão enriquecer alguma grande corporação quase sempre sediada nos países hegemônicos do capitalismo, a partir da destruição de verdadeiros ecossistemas com seus venenos e rejeitos que se colocam como única solução no combate às pragas resultantes do desequilíbrio ecológico que o próprio modelo gerou. Mais uma vez, a técnica se mostra, já em suas intenções, como não estando a serviço da autonomia e autossuficiência ecológica, mas reiterando as relações de poder para com a natureza e entre os seres humanos, como elucida o autor:

“Combater e matar são, assim, parte de uma lógica técnico-produtiva que se funda na ideia de dominar, e mais numa relação contra a natureza do que numa relação com a natureza, como sugerem a agroecologia e a agricultura orgânica como é comum a várias culturas indígenas, camponesas e de outras matrizes de racionalidade não ocidentais, que a racionalidade econômica mercantil procura desqualificar como improdutivas. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.266)

Porto-Gonçalves tampouco acha efetiva a criação de políticas ambientais encabeçadas por instituições multilaterais como é o caso dos projetos vinculados ao Banco Mundial, que surgem a partir da década de 1990 em resposta às várias críticas de ambientalistas que recebeu devido à sua participação em projetos de incentivo ao desenvolvimento por todo o mundo. São propostas que, no geral, pressupõem a menor presença do Estado e maior participação da iniciativa privada, isto é, que se alinham com as políticas neoliberais vigentes. Ademais, muitas delas estão permeadas por uma visão instrumentalizada acerca do debate ambiental e não contam com a participação popular na sua elaboração, convertendo de forma oportunista a questão ambiental em mercadoria, como é o caso do mercado de carbono. O Protocolo de Kyoto, por exemplo, foi um dos grandes acordos travados na década de 1990 entre os países que mais liberavam gás carbônico (substância que intensifica o efeito estufa ao redor do globo, trazendo consequências devastadoras para o meio ambiente) com o intuito de reduzir suas emissões.

Para Porto-Gonçalves, as metas propostas foram insignificantes e a criação do mercado de carbono, o qual possibilita a compra da captura de gás carbônico emitido como forma de compensação à poluição gerada, não reduz efetivamente os impactos perversos que as grandes indústrias poluentes causam, que abrangem uma cadeia de impactos muito mais extensa do que a poluição atmosférica. Tal comércio estaria assentado nas mesmas relações de exportação a baixos preços de matérias-primas, que flui majoritariamente dos países periféricos para os países centrais do capitalismo, reiterando a vantagem destes últimos sobre os primeiros. A compra ocorre a partir do entendimento de que os países menos poluentes teriam maior capacidade de absorção do gás estufa por meio de sua captura pela atividade agrícola e pelas reservas de biodiversidade mais abundantes. Seria uma forma de baratear os custos que estas empresas teriam com uma despoluição no local de

origem e, por isso, muitas preferem comprar os créditos de carbono dos países com maior capacidade de absorção.

Seria, na verdade, mais uma forma de impor a lógica de mercado numa tentativa dissimulada de solucionar os problemas ambientais, como se fosse possível a absorção direta e imediata do gás carbônico pelas vegetações situadas nos países que menos poluem. Há um “falso consenso” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.268) entre a dinâmica capitalista e da natureza, como se o tempo da reprodução do capital em algum momento pudesse convergir com o tempo de resiliência dos biomas e aos impactos causados pelos seus pressupostos energéticos e materiais fossilistas. Os limites do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento seriam, portanto muito estreitos, embora sejam disseminados pelo mundo através de projetos vinculados à ONU e ONGs, como possibilidades eficazes de redução dos impactos ambientais.

A noção de *território* tem grande importância neste contexto neoliberal de ampliação em escala planetária do controle de povos e recursos naturais por grandes corporações internacionais sediadas nos países centrais do capitalismo. Para o autor é esta categoria que expressa a relação sociedade-natureza, isto é, a forma através da qual homens e mulheres conseguem se apropriar da materialidade do espaço para sua subsistência e reprodução, criando diferentes técnicas e desenvolvendo seus próprios conhecimentos, sendo esta a razão da existência de tamanha diversidade cultural no mundo. Com a globalização, no entanto, prevalece o território do capital, com o qual a ciência vem contribuindo para dar continuidade à sua reprodução e acumulação. O sistema-mundo moderno-colonial se constitui, portanto, a partir de uma constante disputa territorial, travada por diversos povos não europeus ao redor do mundo resistindo para que a sua territorialidade e temporalidades particulares permaneçam.

“Dizer que estamos diante de diferentes temporalidades inscritas e escritas pelos diferentes povos e suas culturas é dizer que se estabeleceram ao longo do tempo diferentes relações com o espaço, com a natureza, com a água, com a terra, com o ar, com o fogo e com a vida nas suas diferentes espécies e diferentes tempos. Ao longo do tempo, diferentes habitats e diferentes hábitos se constituíram conformando diferentes territorialidades por meio de muitas guerras, alianças e acordos que constituem a história de cada povo e da humanidade em sua diversidade. Tudo isso, cada povo, sua cultura as

diferentes territorialidades, assim como todo o acervo de acordos e alianças de paz e de guerra constitui patrimônio de uma humanidade múltipla, diversa, plural". (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.277)

Dessa forma, podemos dizer que a noção de território demonstra a diversidade de relações com a natureza que a humanidade já criou. Tal diversidade, porém, está constantemente ameaçada pela imposição de um mesmo tipo de territorialidade e temporalidade que entende a natureza como recurso e mercadoria imprescindível para fazer girar a economia capitalista, restringindo, no entanto, seus lucros a uma pequena parcela de pessoas. É uma temporalidade abstrata que não leva em consideração outros tempos, nem mesmo o da natureza, acreditando na linguagem objetiva da matemática dos mercados, revelando a dissociação entre a materialidade dos processos ecológicos em relação à economia uma vez que os recursos naturais são finitos e já se esgotam. É interessante perceber que, embora o território seja uma categoria de grande relevância para ambos os autores, destacando as várias possibilidades de relações e temporalidades entre sociedade e natureza, Escobar ainda assim o vincula primeiro à noção de lugar, dando maior importância aos significados pessoais e coletivos específicos de cada povo e comunidade, de seu cotidiano e história, no caso das populações negras e indígenas do Pacífico colombiano. Porto-Gonçalves, no entanto, se dedica mais na compreensão do território enquanto inserido nas relações que sustentam a reprodução do capital, verificando a nova forma que assume no período da globalização e quais discursos justificam a hegemonia do território capitalista.

É interessante destacar a noção de *justiça ambiental* mencionada na obra, a qual consegue reunir a partir dos problemas ambientais, sobretudo em relação a distribuição locacional de rejeitos, a luta por direitos civis de minorias étnicas. Muitas delas são sistematicamente atacadas por multinacionais que se instalam em seus territórios desvalorizados do ponto de vista do mercadológico, como cita o caso do condado de Afton, Carolina do Norte, EUA, composto majoritariamente por negros e configurando um caso de "racismo ambiental" (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.387). Assim, é através desta concepção de luta ambiental, com a intersecção das lutas sociais por direitos travada pelo lado excluído da modernidade, que se espera que sejam orientados os movimentos sociais contemporâneos. Porto-Gonçalves entende que devemos superar um *desafio ambiental*, isto é, quando não se pode mais negar

que existem demandas ambientais que se impõem ao modo de vida consumista que parcelas privilegiadas da população mundial têm; ao uso exacerbado e irresponsável dos recursos naturais por grandes corporações que concentram a riqueza gerada em poucos oligopólios; à poluição do solo, água, rios, mares e biomas causada pela liberação de rejeitos industriais e pelo modelo agrário ineficiente energeticamente, etc. No entanto, esta realidade só poderá ser transformada de fato a partir da crítica à racionalidade hegemônica, numa legítima revolução cultural que rompa com a moderno-colonialidade. Para isso, seria imprescindível o protagonismo daqueles que foram historicamente explorados e oprimidos – indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, operários, mulheres, negros - sob a justificativa de serem atrasados e selvagens, isto é, concebidos como natureza e, portanto, passíveis de dominação tal e qual. Há uma disputa pelo projeto de globalização por estes grupos e a manutenção da democracia tem um papel fundamental neste momento, para garantir que a pluralidade de culturas e racionalidades exista e se expresse nas instituições de poder, fazendo valer na prática cotidiana suas respectivas convicções, “onde todos tenham direitos iguais para firmarem a sua diferença” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.458)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi interessante perceber que cada autor desenvolve seu pensamento a partir de diversas categorias distintas, acompanhadas durante a análise dos respectivos livros realizada anteriormente. No entanto, a noção de território merece destaque por ser essencial na defesa pela permanência desses povos em suas terras, muitas delas ocupadas há séculos, como é o caso das comunidades afrocolombianas estudadas na etnografia de Escobar. Inicialmente o território seria a base que ofereceria os meios para a sobrevivência das sociedades, expressando a relação que elas teriam com seus recursos e com a natureza em geral. Diante do cenário internacional de avanço de práticas predatórias para o meio ambiente e para essas economias locais que se desenvolveram através dos séculos, a defesa do território se traduz na praticamente única possibilidade da existência dessas comunidades, suas cosmovisões e modos de vida particulares. É, por isso, um conceito cada vez mais apropriado por movimentos sociais representativos destes povos, que buscam no fim, o direito à diferença e à autonomia. Como já pontuamos, porém, Escobar enfatiza a importância do *lugar* na constituição do território, enquanto Porto-Gonçalves se dedica mais na compreensão da lógica capitalista incorporada ao território.

Embora Escobar tenha optado pelo método etnográfico e partisse do âmbito local, num esforço de compreender a cultura dos povos negros e indígenas situados na região da costa do Pacífico, seu trabalho também se aprofunda em questões que dizem respeito à dinâmica global e demonstra a compreensão de uma relação de certa reciprocidade entre estas duas escalas. Ocupa boa parte de suas páginas com reflexões teóricas aprofundadas, no intuito de criar uma base sólida para se pensar novas epistemologias e ontologias que abarcassem a complexidade dos elementos que compõem a realidade contemporânea.

Porto-Gonçalves não se detém em nenhum caso específico de alguma comunidade tradicional mobilizada contra os imperativos internacionais, mas apresenta alguns exemplos, ainda que sem se aprofundar tanto, de populações que reivindicam seus territórios e seus direitos à diferença. Elas estariam presentes praticamente em todos os continentes, mas principalmente na América Latina, África e Ásia, regiões que vêm resistindo à colonialidade desde o início da modernidade.

Boa parte de seu trabalho se detém compreensão dos desdobramentos políticos e sociais, em âmbito global, das revoluções tecnológicas, dos usos dos recursos naturais e da preocupação quanto a sua escassez, das incoerências dos projetos de desenvolvimento sustentável e dos discursos que justificam suas implementações.

Durante este trabalho, as semelhanças entre ambas as obras ficaram mais evidentes do que diferenças. Os dois autores são intelectuais descoloniais, isto é, pautam a realidade dos povos que habitam as regiões do planeta que foram colonizadas pelas potências europeias a partir do século XV. Entendem que há uma continuidade histórica em relação aos problemas econômicos, políticos e ambientais enfrentados por eles desde o surgimento do sistema-mundo que se configurou sob o discurso da modernidade e, mais recentemente, do desenvolvimento. Vale dizer que a abordagem presente em suas obras tem maior ênfase no aspecto cultural da realidade contemporânea, ainda que busquem associá-lo às determinações econômicas que também o influenciam, evitando um entendimento estanque da sociedade.

O neoliberalismo seria o atual período deste sistema-mundo e é caracterizado pela associação de grandes corporações internacionais e ao Estado, tendo o respaldo da ciência no desenvolvimento de pesquisas que colaborassem com seu sucesso econômico. Este grande conglomerado também teria ao seu favor a influência de instituições multilaterais para a disponibilidade de crédito e outros incentivos que auxiliassem na concretização de planos voltados para o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos e, mais recentemente, programas revestidos pelo discurso da conservação da biodiversidade, redução de impactos ambientais e do efeito estufa.

Escobar e Porto-Gonçalves, no entanto, se posicionam criticamente a esses projetos que vem sendo postos em prática, muitas vezes de cima para baixo, isto é, sem a participação da população onde são aplicados e até mesmo sem a intervenção Estatal. São propostas que, apesar de sustentadas por inúmeras comprovações científicas e estatísticas, constantemente reafirmam uma lógica colonial, revelando estarem orientadas segundo hierarquias entre países ricos e pobres, entre povos civilizados e atrasados e acreditam estarem levando o progresso e qualidade de vida para o resto do mundo.

Ambos autores apontam que a realidade desigual e precária vivida pelas ex-colônias e a ideia de atraso e inferioridade que frequentemente carregam são, na

verdade, fruto da visão eurocêntrica, que lhes é imposta desde o período colonial. O principal fundamento desta visão advém de pressupostos também da ciência, quais sejam, a separação da sociedade e natureza, do sujeito e objeto, corpo e mente, entre tantas dicotomias e binarismos que configuram o pensamento ocidental. Alertam para as consequências da crise ambiental que se manifesta de inúmeras formas, desde a redução da cobertura vegetal no planeta, poluição de rios, mares e atmosfera, escassez de recursos energéticos até o uso de sementes transgênicas e a ameaça à soberania e segurança alimentar. É por essas razões que tratam de questionar a concepção de natureza que está por trás de todo este cenário global crítico, compreendendo que a superação destas crises requer a mudança do pensamento moderno-colonial que funda a relação entre ser humano e natureza e entre os humanos, mesmo porque é esta noção que funda também as opressões vividas por negros, mulheres, LGBTs, camponeses, quilombolas, indígenas, etc.

O conjunto dessas populações, que há séculos são subjugadas pelo pensamento moderno-colonial, teriam um papel indispensável para sua ruptura, uma vez que muitas delas estão assentadas em concepções de mundo distintas daquela que tenta se fazer hegemônica. Suas cosmovisões, modos de vida e valores, ou seja, sua cultura, diferem essencialmente da adotada pelo pensamento científico e ocidental, além de frequentemente representarem uma barreira para a lógica mercantil que orienta o sistema capitalista e tenta reduzir tudo e todos a meros objetos comercializáveis. Enrique Leff é um teórico em comum que ambos autores mencionam para proporem novas noções e racionalidades ambientais, isto é, que não separem natureza e sociedade e nem pressuponham a dominação da primeira pela última e sim, deem conta a complexidade de tal relação e sejam sensíveis às suas inúmeras possibilidades, de acordo com a realidade particular de cada cultura.

Assim, tanto Porto-Gonçalves quanto Escobar entendem que a globalização seria, na verdade, um momento de disputa de projetos justamente entre os agentes externos, fundados na lógica da colonialidade (da natureza e dos povos não-europeus), e os agentes locais, que juntos configuram múltiplas modernidades possíveis, como defende Escobar.

É evidente, portanto, que a busca pelo entendimento das causas da crise ambiental e social deva chegar ao questionamento da racionalidade moderna, isto é,

a raiz do pensamento ocidental. Rever e refletir sobre tal tema não é uma tarefa fácil, uma vez que ele se projeta tanto na realidade do dominador quanto do dominado, nas escalas micro e macro da vida, no senso comum ou até mesmo dentro das universidades. A ciência, o Estado e as instituições internacionais multilaterais não se mostram tão interessados em atender às demandas de serviços básicos como saúde, moradia e segurança alimentar de boa parte da população, sobretudo as parcelas mais vulneráveis do ponto de vista sócio-econômico. Por essa razão, as estratégias de alguns grupos que lutam por uma vida digna frequentemente acabam enveredando por outros caminhos e racionalidades, principalmente aquelas que permitem que sejam protagonistas de sua própria história, isto é, que os legitimem enquanto sujeitos políticos, como foi o caso do PCN aqui analisado. Deve-se prezar, assim, por um espaço político em que a diversidade de visões de mundo e de relações com a natureza possa coexistir e promover o diálogo, evitando que uma delas se eleja a única e a melhor, e prezando pelo direito à diferença.

Por fim, ter realizado este trabalho foi uma oportunidade de rever e desconstruir a colonialidade existente na minha própria realidade, mesmo quando apresentada de formas mais sutis. Foi a partir da análise dos fundamentos da moderno-colonialidade que houve o esclarecimento da relação sociedade-natureza base do pensamento ocidental e presente desde os detalhes da vida cotidiana até nas políticas que orientam Estados e corporações capitalistas. Ademais, reiterou a importância da existência e da luta de povos guardiões de profundos conhecimentos e técnicas, que lidam de forma mais respeitosa e com empatia com as outras formas de vida que os cercam.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: A contribuição pós-colonial. Vol. 21 nº 60. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira (NUPAUB), 1994.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Envión Editores, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____ A globalização da natureza e a natureza da globalização. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as ciências. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987.